

Aposta na Ciência fica aquém do necessário

■ Os valores de investimento na Ciência, nos dias que correm, são comparáveis ao longínquo ano de 1991. Nem na altura do *subprime* e da *troika* foram tão escassos. O Orçamento do Estado para 2024, que tudo o indica irá ser aprovado, não responde às necessidades dos ensinos Superior e Não Superior. E mais: não cobre os valores da inflação em termos de aumento salarial

Os docentes, investigadores e bolseiros do Ensino Superior continuam imersos na instabilidade e na precariedade. A reunião que estava agendada para o pretérito dia 9 de novembro, com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), foi cancelada e não foi apresentada nova data.

É urgente retomar estas negociações, pois os bolseiros e investigadores, particularmente estes, têm de ter outro enquadramento e estabilidade. Não é admissível que um bolseiro saltite de projeto em projeto, durante duas ou três décadas, em plena precariedade.

Ainda no âmbito deste sector, não é aceitável que os valores de investimento na Ciência estejam ao nível de 1991. Nem na altura do *subprime* (2008), nem da *troika* (2011), houve um desinvestimento tão evidente.

Aumentos salariais pouco expressivos

O mesmo ocorre com os aumentos diminutos propostos para as carreiras da Administração Pública (AP), que não acompanham a inflação acumulada há vários anos, especialmente as carreiras especiais, e nestas com destaque para os docentes.

É importante aumentar o salário mínimo nacional, mas igual aumento tem de repercutir-se nos restantes vencimentos. Caso contrário, um dia destes, todos os trabalhadores da AP estarão a receber o valor do salário mínimo.

Acelerador de carreiras e congelamento do tempo

O acelerador de carreiras para os educadores e professores continua envolto em dúvidas na sua aplicação, pelo que se exige do Ministério da Educação (ME) a sua rápida clarificação. O SPZC continuará atento a este processo e não deixará passar em claro qualquer eventual prejuízo para cada um dos docentes envolvidos.

Outra matéria candente diz respeito à necessidade imperiosa da resolução do problema do tempo de serviço congelado aos educadores de infância e aos professores dos ensinos Básico e Secundário. Qualquer resposta que venha a ser dada tem de ser diametralmente oposta à que era defendida pelos sucessivos governos liderados por António Costa.

Perante a atual conjuntura política que o país atravessa, o SPZC não abrandará as suas ações, pelo contrário, apenas as reajustará.

